



PJe já funciona em Itapecurú e Timon



A partir de setembro de 2016 todas as varas não criminais e não infracionais das Comarcas de Itapecurú e Timon passaram a utilizar o sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJe.

Com a implantação, o PJe passa a funcionar em 38% das unidades de 1º grau da justiça maranhense.

Até o final de 2016 o sistema será implantado em Açailândia, Balsas, Barra do Corda, Codó, Coroatá, Grajaú, João Lisboa, Imperatriz e Vitorino Freire, onde todos os processos judiciais passarão a tramitar por meio digital, sem uso do papel.

Sistema permite correção virtual

O Tribunal de Justiça desenvolveu um novo módulo para o sistema Auditus.

O módulo permite que as unidades judiciais sejam correcionadas virtualmente pela Corregedoria Geral de Justiça, de acordo com a portaria CGJ-9352016, não excluindo a necessidade de realização de correções presenciais.

O sistema possibilita maior eficiência nos diagnósticos e ações corretivas nas unidades, permitindo o cadastro de correções ordinárias e extraordinárias.

Além disso, todo o procedimento de diagnóstico dos autos correcionados é feito de forma mais célere, permitindo a geração de relatórios e gráficos gerenciais que dão maior clareza e precisão na tomada de decisão com relação a unidade judicial alvo da correção.



Sistemas do Tribunal são atualizados.

De janeiro a setembro de 2016 todos os sistemas do TJMA receberam atualizações, com novas funcionalidades e correções.

A medida possibilita manter os softwares em uso no Judiciário preparados para atender as mudanças nas rotinas de trabalho das unidades.

Ao todo são 35 sistemas de informação utilizados nas unidades judiciais e administrativas como PJe, PROJUDI, UMF, VEP, Temis, DIGIDOC, entre outros.

Tribunal implanta nova política de controle de acesso à Internet.

O Tribunal de Justiça está implantando uma nova política de controle de acesso à Internet.

A medida, normatizada através da PORTARIA-TJ – 49312016, leva em consideração a necessidade de otimizar o uso dos links das unidades judiciais, priorizando seu uso para os sistemas e serviços do Judiciário.

A norma estabelece horários para acesso o liberado e outros para o acesso restrito, sempre priorizando a disponibilidade dos sistemas.

Tribunal de Justiça do Maranhão

Des. Cleones Carvalho Cunha
Presidente

Desa. Maria das Graças Duarte Castro
Mendes
Vice-presidente

Desa. Anildes de Jesus Bernardes
Chaves Cruz
Corregedora-Geral da Justiça

Comissão de Informática

Des. Jorge Rachid Mubárack Maluf
Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto
Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos
Des. Paulo Sérgio Velten Pereira
Des. José de Ribamar Fróz Sobrinho

Diretoria de Informática e Automação

☎ (98) 3198-4580
✉ dirinformatica@tjma.jus.br

Serviço de Atendimento ao Usuário de Informática

☎ (98) 3194-6600
✉ informatica@tjma.jus.br